



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA UFPB/PU/Nº 002/2014.

JULGAMENTO DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

LICITANTE: RN CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ 10.554.443/0001-88.

PROCESSOS 23074.072392/2014-54,
23074.072396/2014-32 E 23074.072397/2014-87

A Empresa RN CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 10.554.443/0001-88 apresentou, tempestivamente, Interposição dos Recursos Administrativos acima descritos contra a decisão da CPL-PU no Julgamento das Propostas da **Concorrência Pública UFPB/PU/Nº 002/2014, conforme documentação publicada nesta página**, assim como em face das Licitantes colocadas em posições acima da sua, em diversos lotes e sub-lotes do citado Certame.

Em sua exposição de fundamentação e motivação, a Recorrente atribuiu às Licitantes **GAP Construções Ltda. ME, CNPJ 18.033.528/0001-22; R&H Engenharia Ltda., CNPJ 09.469.705/0001-27, e CAD Engenharia e Comércio Ltda., CNPJ 03.786.315/0001-02**, suas concorrentes, que se sagraram vencedoras no Certame, nos diversos Lotes e sub-lotes do seu interesse pessoal, o cometimento de “equivocos em suas propostas”, listando diversos tópicos que entendeu irregulares nas propostas formuladas pela(s) vencedora(s). (Inteiro teor em anexo nesta página da web.)

Por fim, em seu pedido, a Impetrante requer que sejam afastadas todas as Licitantes presentes naqueles lotes dos quais teve interesse em participar, para que permaneça como única vencedora, a “*detentora única do menor preço*”.

RAZÕES E CONCLUSÃO:

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Universitária, conclui que o pedido não procede, e passa a expor as suas razões:

Em **23 de Dezembro de 2014**, esta CPL/PU procedeu ao julgamento das Propostas das Licitantes Habilitadas e decidiu desclassificar a empresa **PORTO DA CONSTRUÇÃO LTDA. EPP**, CNPJ **03.965.980/0001-55**, por ter apresentado divergências absurdas nos preços de itens relevantes em uma mesma planilha orçamentária, para o mesmo Sub-Lote, demonstrando – em nosso entendimento – incoerências em **preços de insumos**, seja de mão-de-obra, seja de materiais, oferecendo preços, ora **inexequíveis**, ora majorados **acima** dos padrões de mercado e, portanto, **acima** dos limites do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), que por essa razão julgamos **exorbitantes**.

DAS RAZÕES APRESENTADAS:

1. Quanto as razões apresentadas para a *"Empresa Gap Construções Ltda. – ME (...)* *apresentou em diversas composições o valor de 49,03% para **funcionários mensalistas** (grifo nosso) onde deveria ser 87,31% conforme convenção coletiva..."*.
2. Ora, não há definição de tamanho percentual para funcionários mensalistas (o que seria um claro e inaceitável absurdo) e sim para funcionários horistas. Ainda assim, há na composição de Encargos Sociais, elementos fixos e variáveis, estes últimos estabelecidos por cada empresa, de acordo com seus próprios custos. Anexamos, para melhor entendimento, planilha de composição de Encargos Sociais aplicáveis à construção civil, para horistas e mensalistas.
3. Prosseguindo-se com *"a GAP a empresa **não apresentou as composições** (grifo nosso) para os encargos sócias (SIC) e as composições de BDI, ferindo severamente..."*. As fls. 3337/3338/3339 e 3753/3754/3755 do Processo Licitatório em epígrafe (nos respectivos lotes e sub-lotes) para a sua constatação de que as citadas composições efetivamente existem e que as alegações apresentadas são maliciosamente infundadas, sem motivação e sem provas.
4. Quanto a empresa **R&H Engenharia Ltda.**, classificada em segundo lugar no **Lote 4** do mencionado certame, alega ter apresentado *"preços divergentes"* porém em serviços pertinentes a sub-lotes distintos. Nosso entendimento é que, sendo preços aplicados a itens de pouca relevância e, ainda, para planilhas distintas de sub-lotes distintos, tais diferenças não são relevantes ao ponto de ensejar uma desclassificação. Mesmo assim, não estamos tratando de uma proposta vencedora. Ainda que assim o fosse, uma eventual correção de tais preços, embora não aceitável na

fase atual do certame, não ensejaria reordenamento classificatório para o lote em questão, já que o critério de julgamento é pelo **preço global do lote** e não pelos sub-lotes, restando inalterada a ordem classificatória e a manutenção de tal julgamento.

5. A Recorrente ainda atribuiu à Licitante **CAD Engenharia e Comércio Ltda.**, CNPJ **03.786.315/0001-02**, sua concorrente no Lote 7 do citado Certame, e também do seu interesse pessoal, o cometimento de *“equívocos em suas propostas”*, e ainda alega que esta licitante deixou de anexar Composições de Custos para alguns serviços, o que foi constatado existir nos autos.

6. Como adendo a questão de preços de serviços distintos para contratos distintos, a CPL/PU esclarece que as Planilhas Orçamentárias do Preço básico para cada objeto licitado são encaminhadas pelo setor que as elaborou. Tais planilhas, bem como as suas composições de custos, de BDI, de Encargos Sociais, e outras peças que a compõem, são apenas referências, cabendo a cada Licitante elaborar seus próprios custos e despesas inerentes ao desempenho de sua atividade, com base em preços de mercado.

7. Para corroborar a sua decisão, a CPL-PU solicitou à Procuradoria Geral que se manifestasse com relação ao Recurso em tela. Esta assim se pronunciou: *"Essencialmente, baseia-se o recurso no fato de as empresas (acima citadas) terem apresentado propostas de preços diferentes para serviços e sub-lotes distintos. Deve-se ressaltar que as propostas para itens diversos da licitação são autônomas, devendo ser julgadas individualmente. Sendo assim, não identifico irregularidade no fato de as empresas (acima citadas) terem apresentado propostas de preços diferentes para itens distintos da licitação. O importante é que a Comissão licitante, no julgamento das propostas, verifique a observância do critério do menor preço, preservando, assim, o interesse da instituição e do erário"*.

E prossegue: *"Ante o exposto, tenho como jurídica e tecnicamente justificada a decisão da Comissão Licitante objeto do recurso ora analisado, razão pela qual opino no sentido de que não seja dado provimento ao apelo."*

Diante das razões expostas, a CPL-PU INDEFERE o Recurso Administrativo e determina a Continuidade do Processo.

É O JULGAMENTO DO RECURSO:

MANTER O RESULTADO DO JULGAMENTO DE PREÇOS DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

BLICA UFPB/PU Nº002/2014, por considerar que o PLEITO APRESENTADO não é procedente.

João Pessoa – PB, 06 de Janeiro de 2015.

PELA COMISSÃO:

(assinado)

AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA

Presidente da CPL/PU

(assinado)

ANDERLEY DIAS DA CUNHA

Membro da CPL-PU

(assinado)

LUIZ FELIPE PESSOA CUNHA

Membro da CPL-PU

(assinado)

CAROLINA AZEVEDO TORRES

Membro da CPL-PU

(assinado)

SEVERINO CIDALINO DE ALMEIDA NETO

Membro da CPL-PU

Ratifico a decisão da CPL-PU.

João Pessoa – PB, 06 de Janeiro de 2015.

(assinado)

PROF. DR. SERGIO FERNANDES ALONSO

PREFEITO UNIVERSITÁRIO